



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026 “EXCLUSIVA”

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO

SECRETARIAS PARTICIPANTES: SEMAS; SEMED; SEMO; SENFIM; SEMSUR; SEMGEPLAM; SEMUSA; GABINETE.

OBJETO:

Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, para atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Rio Crespo/RO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.817.547,50 (Um milhão, oitocentos e sessete mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

29/04/2026 às 09:30 (horário de Brasília) no sítio

Plataforma de Compras: www.licitanet.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

“fundamentado nas legislações vigentes, conforme descrito neste edital e seus anexos, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC, de 25 de março de 2026 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, na IN 73/2022, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.”

INSTRUMENTO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EUNICE SOUZA DOS SANTOS

Agente de Contratação

Port. 4926/2025

OBS: (Os arquivos dos documentos habilitatórios deverão ser enviados em um único arquivo em PDF, o mesmo para a proposta atualizada com memorail descritivo, folders, etc..)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2026

“EXCLUSIVO - ME/EPP/EQUIPARADAS”

1. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

O Município de Rio Crespo/RO, através da Comissão de Contratação e Agente de Contratação, nomeados pela portaria nº 2470/2023, com sede na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, 1160 - Centro, torna público á quem possa interessar que se encontra instaurada a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tudo em conformidade com as regras estipuladas nas legislações vigentes, conforme descrito neste edital e seus anexos, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, na IN 73/2022, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento no presente edital. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.1.1. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

1* Condutora do Processo – Agente de Contratação: **Eunice Souza dos Santos.**

➤ DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES: **Dia 29/04/2026**, às 09h30min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

3* Setor de Compras (Deptº de Compras, Licitações e Contratos) e-mail: licitacao@riocrespo.ro.gov.br, Prefeitura Municipal - endereço eletrônico Portal da Transparência www.riocrespo.ro.gov.br e Portal Licitanet – www.licitanet.com.br.

1.2 DO OBJETO:

1.2.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, para atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Rio Crespo/RO.

1.2.1 Os itens abrangem gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, incluindo, conforme o Termo de Referência e a planilha de itens:

- secos, grãos, farináceos, biscoitos, temperos, enlatados e bebidas;
- hortifrutigranjeiros;
- carnes, laticínios, resfriados e congelados, quando previstos;
- outros gêneros alimentícios constantes da planilha de itens e especificações.

1.2.3 As especificações técnicas dos itens deverão observar descrição objetiva, padrão mínimo de qualidade, embalagem adequada, rotulagem, validade, condições sanitárias e transporte compatível com a natureza do produto, vedada restrição indevida à competitividade.

Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão



do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br. A LICITANET – Licitações On-line atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeira em contrário.

Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.3 DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.3.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo Nº 111/2026, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

2.2. A impugnação "deverá" ser realizada exclusivamente através do Plataforma Licitanet, não sendo aceitos outros meios a não ser os aqui definidos.

2.3. Caberá a Agente de Contratação/pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e/ou deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

2.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Agente de Contratação/pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente através da Plataforma Licitanet.

2.6. A Agente de Contratação/Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e anexos.

2.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de Contratação/Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

2.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os



participantes e a administração.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

3.2 Não cabe aos licitantes, após a abertura da sessão a alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

3.3 Como requisito para participação e habilitação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

3.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

3.5 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.5.1 O certame será conduzido pelo(a) Agente de contratação(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

3.5.2 Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

3.5.3 Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

3.5.4 Abrir as propostas de preços;

3.5.5 Analisar a aceitabilidade das propostas;

3.5.6 Desclassificar propostas indicando os motivos;

3.5.7 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

3.5.8 Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

3.5.9 Declarar o vencedor;

3.5.10 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

3.5.11 Elaborar a ata da sessão;

3.5.12 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

3.5.13 Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

3.6 O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, através do endereço eletrônico Portal da Transparência www.riocrespo.ro.gov.br, na Plataforma de Licitações “Licitanet, através do endereço www.licitanet.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação para recebimento de propostas.

3.7 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da



inobservância de avisos ou quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

3.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

3.9.1 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à **documentação exigida para habilitação** e estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;

3.9.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

3.9.3 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

3.9.3.1 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

3.9.3.2 O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

3.9.3.3 A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com o Município de Rio Crespo.

3.10 Poderão participar desta Licitação somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

3.11 Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

3.12 A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

3.12.1 VEDAÇÕES

3.12.2 Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

3.12.3 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, equiparando-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.12.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.12.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de



participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, bem como o licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.12.6 Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.12.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.12.8 Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.12.9 Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

3.12.10 Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.12.11 Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

3.12.12 Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

3.12.13 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem aos itens 3.8.2. e 3.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

3.12.14 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, deverá ser esclarecida poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014- 6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.licitanet.com.br.

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de



preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea “a” do subitem 5.2**

4.4. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

4.5. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

4.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones:

(34) 3014-6633 (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

4.7. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Rio Crespo, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

5. – DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014 E DO DECRETO FEDERAL Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007

5.1 No ato do cadastro no sistema LICITANET, em campo próprio do sistema, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá (ão) declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.1.1 Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

5.2 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguinte da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.3 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.4 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de



outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.6 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.7 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.8 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo; 6.10.. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.10 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

5.11 Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.12 O Sistema verificará automaticamente junto à Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

5.13 A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

5.14 O licitante **enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 e alterações**, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

6.2. Quando do julgamento por Item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.

6.3. Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.

6.4. Quando do julgamento Global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

7 DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital conforme **item 1.1**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



seguintes campos:

- I. Valor unitário e total dos itens;
 - II. Marca/Modelo;
 - III. Fabricante;
 - IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);
- 7.2. A etapa do anexo da documentação e proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.
- 7.3. O envio da proposta, exigidos no **Anexo II** deste edital, deverá ser **ENVIADO** na ordem em que **foram solicitados** e em um único anexo em **PDF COMPRIMIDO**, ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.
- 7.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- A falsidade da declaração de que trata o 7.2.3 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.
- 7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.
- 7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Ag. de Contratação/Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.8. Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art 13, Decreto nº. 12.205/2006).
- 7.9. As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- 7.10. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 7.11. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.
- 7.12. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos,



taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

7.13. **Se caso houver divergência da posição dos itens no Termo de Referência com o da Plataforma Licitanet, será considerado a posição dos itens na plataforma Licitanet.**

8 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no **item 1.1.**, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, a Ag. de Contratação/Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

8.1. O licitante deverá incluir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

V. Valor unitário e total dos itens;

VI. Marca/Modelo;

VII. Fabricante;

VIII. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

8.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, a Ag. de Contratação/Pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**.

8.3. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

8.4. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências.

8.5. **AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO, SOB PENA DE SEREM DECLASSIFICADAS DO CERTAME PELA PREGOEIRA.**

8.6. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital.

8.7. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS E/OU LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

- Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor percentual ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

- Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a Ag. de Contratação/Pregoeira, poderá convocar no CHAT



MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

- Em casos de diligências no anexo da proposta inicial - à Comissão Julgadora promoverá as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame. É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis: “atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei”.

8.8. A abertura e da fase de lances “via Internet” será feita pela Ag. de Contratação/Pregoeira, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa definido no Item 09.

8.9. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

8.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances;

8.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

8.13. **DA EXEQUIBILIDADE** – Conforme IN 73/2022 Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.14. Sendo efetuado lance manifestamente **inexequível acima de 50%**, a Ag. de Contratação/Pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, a ser excluído, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente, persistindo o lance inexequível, **poderá a Agente de Contratação exigir uma garantia de proposta para segurança desta Administração;**

8.15. Permanecendo a proposta considerada inexequível, o proponente **deverá** comprovar a exequibilidade de sua proposta, apresentando justificativas e documentos tais como CONTRATO(S) e FATURA(S) com objeto e preços compatíveis aos ofertados pela licitante para a contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e declarações da CONTRATANTE que comprovem a execução satisfatória de objeto compatível com o da pretensão contratual. A falta do envio da comprovação resultará na desclassificação da proposta.

- A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item/lote**;

8.16. O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá a oportunidade de enviar sua proposta **DESCCLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

9 DO MODO DE DISPUTA

9.1 No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO**, nos termos da lei 14.133/21 e o



DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

9.1. **Modo de Disputa Aberto** - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.2. O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R\$ 1,00 (um real) menor que o valor do último lance.

9.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação.

10.3.1 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.5 **Modo de Disputa Aberto e Fechado** - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

10.6 Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.7 Encerrado o prazo de que trata, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.8 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.8.1 Encerrados os prazos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

10.9 Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa.

10.10 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a pregoeira poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

11. DA DESCONEXÃO DA PREGOEIRA

11.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.2. A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

11.2.1. *Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 12 (doze) horas após a comunicação do*



fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

12. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's

12.1. Na disputa de itens de participação **Exclusiva** ou **Cotas Reservadas** para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:

12.1.1. Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individuais sediadas locais, regional ou estadual, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local, Regional, ou Estadual sejam iguais ou **até dez por cento superiores** ao menor preço;

b) nos termos do Decreto Municipal 1175/2016, **nos itens destinados às ME/EPP/MEI**, o critério de preferência será oferecido:

I - Primeiramente às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local.

II - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Regional.

III - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Estadual.

c) para efeito do item anterior, considera-se:

I – Entende-se por Local as ME's, EPP's e MEI's sediados no município de Rio Crespo;

II – Entendem-se por Regional as ME's, EPP's e MEI's sediados na microrregião do Vale do Jamari, sendo: Ariquemes, Cacaullândia, Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Machadinho do Oeste e Cujubim, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

III – Entende-se por Estadual as ME's, EPP's e MEI's sediados nos demais municípios do Estado de RO.

d) nas licitações a que se refere o subitem anterior, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

e) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

13. DO DESEMPATE

13.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei complementar 003/2018, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei 14.133 01 de abril de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses, nesta ordem:

- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão



preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.1.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- empresas brasileiras;
- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- Exauridas as condições estabelecidas no art. 60 da Lei 14.133/2021, proceder-se-á com **SORTEIO ELETRÔNICO**, disponibilizado pela plataforma Licitanet em conformidade com a Instrução Inicial de Representação com Pedido de Cautelar TC 039.591/2023-3 do TCU.

14 DO BENEFÍCIO REGIONAL

14.1 Nos termos do Decreto Municipal nº 1175, de 2016, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

14.2 Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

14.3 A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

14.4 a hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada com base no item 7.14.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 7.14.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

14.6 Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se:

14.7 Âmbito local - sede e limites geográficos deste Município;



14.8 os municípios circunvizinhos, através das microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e assim considerados, especificamente: **Ariquemes, Monte Negro, Buritis, Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Cacaulândia, Rio Crespo, Cujubim e Machadinho D'Oeste.**

14.9 Os benefícios previstos nos itens não se aplicam quando: I – não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

14.10 Nos demais casos, ocorrendo igualdade de preços entre 02 (duas) ou mais propostas, será promovido sorteio, mediante convocação de todos os licitantes participantes do certame, nos termos do Art. 45, §2º.

14. – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

14.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º Fica estabelecido o prazo de **02 (Duas) horas**, contado da solicitação da Ag. de Contratação/Pregoeira no sistema, para envio da Proposta readequada ao último lance ofertado após ACEITE e a 1ª fase de intenção de recurso e, se necessário, dos documentos complementares.

§ 3º Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, inclusive quando a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de preços.

14.2. Após finalização dos lances, aplicação de benefício regional **quando houver**, negociações e atualizações dos preços e após o Aceite, a Pregoeira abrirá prazo de 15 minutos para intenção de recurso e após as **02 duas horas**, para os licitantes anexarem a proposta readequada e os documentos habilitatórios. Examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços, bem como, se o valor unitário e total encontra-se com no **máximo 02 (duas) casas decimais**;

14.3. A Ag. de Contratação/Pregoeira não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços.

14.4. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

15 - DA PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA

15.1. Encerrada a fase de lances e negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchido, juntamente com a documentação habilitatória e **complementar** (Anexo II), caso haja.



15.2. O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET/LICITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

16. – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1. Cumpridas as etapas anteriores, a Ag. de Contratação/Pregoeira verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

16.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pela Pregoeira, por meio do CHAT MENSAGEM;

16.2. Se a proposta de preços não for aceitável, a Ag. de Contratação/Pregoeira examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

16.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

16.3.1. A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

16.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no **ITEM 7.1** deste edital de licitação;

16.6 A proposta final do licitante tem validade 60 dias a parti da abertura do pregão.

16.7 Após o aceite, a Ag. de Contratação/Pregoeira irá abrir a **PRIMEIRA FASE** de intenção de recurso.

16.8 DA PRIMEIRA FASE DE INTENÇÃO DE RECURSO APÓS ACEITE DAS PROPOSTAS

16.7.1 Após a fase de julgamento das propostas da etapa de negociação e o aceites das propostas, a Ag. de Contratação/Pregoeira abrirá a intenção de recurso no prazo de 15 (minutos) para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema. Nesse momento a Agente de Contratação/Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, sendo realizada a apreciação e definida a resposta na ultima fase de Intenção de Recurso. Nas fundamentações do TCU Acórdão 2180/2023 e Art. 44 do Decreto art. 40 da IN73/2022 e Art. 44 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

17. – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

17.1. Nos casos em que a Ag. de Contratação/Pregoeira constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

17.2. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

17.2.1. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, a Ag. de Contratação/Pregoeira procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

17.3. Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, a Ag. de Contratação/Pregoeira se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

17.4. Em casos de ausência de declarações, e ou quando precisar solicitar ao licitante um novo



documento atualizado para substituir aquele que tenha sido apresentado com a validade expirada e de outros anexos do edital, que não altere ou fira os objetivos da licitação, **PODERÁ** a Agente de Contratação/Pregoeira abrir diligência e prazo de documentos complementares.

18 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

18.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se **no Anexo III** deste edital.

18.2. A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

18.3. A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular na data marcada para abertura das propostas.

18.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o licitante for à matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

18.6. A Administração, por meio da Comissão ou servidor (es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste de informações inverídicas.

18.7. Depois de solicitado pela Ag. de Contratação/Pregoeira, a empresa melhor classificada terá o prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** para enviar a documentação **complementar** para habilitação através do módulo HabilitaNet/Licitanet.

18.8. A Ag. de Contratação/Pregoeira poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

18.9. Os documentos de habilitação devem estar em conformidade ao Art 62º da Lei Federal nº 14.133/21 em casos de descumprimento, poderá a Ag. de Contratação/Pregoeira considerar o proponente **INABILITADO**.

18.10. Art. 62/14.133 – 2021 - A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista (Conforme Lei Federal 123/2006 em seu Art. 43, que trás o tratamento diferenciado para os ME, EPPS e MEI);
- IV - econômico-financeira.

18.11. A ausência dos anexos como Declarações, que compõem no Edital, poderão ser sanados via diligência.



18.12. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pela Ag. de Contratação/Pregoeira via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

18.13. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei.

18.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

18.15. Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

18.16. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

18.17. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Lei nº14 133/21 e no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

18.19. Poderá a pregoeira prorrogar pelo mesmo período o prazo de envio de documentos habilitatórios/proposta readequada, diante de solicitação do licitante e ou em casos de diligência.

18.20. A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

18.21. Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

18.22. Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dubio ou pouco objetivo, a Ag. de Contratação/Pregoeira poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

18.23. Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, a Ag. de Contratação/Pregoeira HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

19 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

19.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Departamento de Compras, Licitações e Contratos"
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



- 19.2 Documentos pessoais dos Sócios;
- 19.3 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 19.3.1 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 19.3.2 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 19.3.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 19.3.4 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 19.3.5 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações, ou, da consolidação respectiva;

19.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 19.4.1 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- 19.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 19.4.3 Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.
- 19.4.4 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.
- 19.4.5 A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de prova de regularidade, através da apresentação de *Certidão da dívida ativa do Estado (no caso de ser do Estado de Rondônia, seguir a Instrução Normativa nº 12/2021/GAB/CRE)*.
- 19.4.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.gov.br - Em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1470/2011.

19.5 REGULARIDADE CADASTRAL:

- 9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

19.6 DECLARAÇÕES

- 19.6.1 Apresentação da DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO ANEXO IV) contendo o seguinte:

OBS: Sob pena de desclassificação, a declaração deverá conter:



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



- 19.6.1.1 Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- 19.6.1.2 Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- 19.6.1.3 Para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não empregam menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;
- 19.6.1.4 Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal de Rio Crespo-RO.
- 19.6.1.5 Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- 19.6.1.6 Não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;
- 19.6.1.7 Que Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e parareabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, IV da lei 14.133/2021;
- 19.6.1.8 Que o(s) produto(s) ofertados atende(m) na íntegra as exigências deste edital e que a(s) marca(s) e especificação(ões) entregues serão a mesma ofertada na proposta;
- 19.6.1.9 Que toda documentação anexada à plataforma LICITANET é autêntica.
- 19.6.1.10 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, IV § 1º da lei 14.133/2021;
- 19.6.1.11 **QUANDO** Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual: **declarar** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 19.6.1.12 Declara ainda tem ciência da observância dos limites de valor anual de enquadramento conforme art 4º § 2º da lei 14.133/2021.

19.6.1.13 . **DA HABILITAÇÃO TÉCNICA (ART. 67, LEI Nº 14.133/2021):**

- 19.6.1.14 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, **demonstrando que a Licitante fornece ou forneceu objeto de natureza similar;**
- 19.5.1.15 O atestado deverá comprovar que a Licitante forneceu o objeto, em quantidade não inferior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do objeto previsto, até a data da abertura da sessão pública da licitação;
- 19.5.1.16 A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes;



19.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

19.7.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021), expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

a.1) A certidão acima referida deverá ser apresentada juntamente com a certidão do cartório distribuidor indicando os cartórios competentes (cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas);

19.7.2 A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, em curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

19.7.3 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo em determinadas situações de amparo legal pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

19.7.4 Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

20 DOS RECURSOS

20.1 Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo aberto pela Ag. de Contratação/Pregoeira, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

20.2 A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a Ag. de Contratação/Pregoeira a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

20.3 A Ag. de Contratação/Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

20.4 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

20.5 Os recursos serão dirigidos à Superintendência Municipal de Licitações - SML, por intermédio da Ag. de Contratação/Pregoeira, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

20.6 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da SML, na Sede do Município de Rio Crespo - RO, no endereço mencionado anteriormente.

21 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços – ARP, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, podendo este



prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

21.2 A assinatura da Ata e dos instrumentos decorrentes ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico, em sistema oficial adotado pela Administração, garantindo sua validade jurídica e viabilizando a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

21.3 A presente licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC.

21.4 A Ata de Registro de Preços constitui documento vinculativo e obrigacional, no qual serão registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem observadas nas futuras contratações.

21.5 Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado na forma prevista no instrumento convocatório, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada formalmente a vantajosidade dos preços registrados, conforme disposto no Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC.

PRORROGAÇÃO E EVENTUAL RENOVAÇÃO DE QUANTITATIVOS

21.6 Fica expressamente prevista neste Edital a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC e da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada, em processo administrativo próprio, a conveniência, oportunidade e vantajosidade para a Administração.

21.7 A prorrogação da Ata dependerá de processo administrativo específico, devidamente instaurado e concluído antes do término de sua vigência, com instrução formal que demonstre:

I – a manutenção da necessidade da contratação;

II – a vantajosidade dos preços registrados;

III – a adequação da solução frente ao mercado;

IV – a regularidade do fornecedor.

21.8 Fica igualmente prevista, de forma expressa, neste Edital e na futura Ata de Registro de Preços, a possibilidade de renovação condicionada dos quantitativos inicialmente registrados, para o período de eventual prorrogação, desde que admitida pelo Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC e observados seus requisitos, limites e procedimentos.

21.9 A renovação dos quantitativos:

I – não se caracteriza como acréscimo contratual;

II – não será automática;

III – dependerá de decisão motivada da Administração;

IV – deverá observar estritamente os limites e condições do regulamento municipal.

21.10 A efetivação da renovação dos quantitativos ficará condicionada à comprovação cumulativa dos seguintes requisitos:

I – previsão expressa no Edital e na Ata;

II – demonstração contemporânea da vantajosidade dos preços registrados;

III – comprovação da permanência da necessidade administrativa;

IV – compatibilidade dos preços com os praticados no mercado;

V – existência de controle formal que impeça a soma indevida entre saldo remanescente e quantitativo renovado, quando vedado pelo regulamento.



21.11 A renovação de quantitativos deverá ser formalizada mediante termo específico no processo administrativo, com registro claro dos quantitativos renovados e do período de vigência correspondente.

INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE CONTRATAR

21.12 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, nos termos da legislação e do regulamento municipal.

21.13 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços observarão as condições nela estabelecidas e dependerão de:

- I – existência de saldo disponível do item;
- II – compatibilidade da demanda com o objeto registrado;
- III – manutenção das condições de habilitação do fornecedor;
- IV – disponibilidade orçamentária no momento da contratação;
- V – observância das disposições deste Edital, da Ata e do Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC.

21.14 A vigência dos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata não se confunde com a vigência da própria ARP.

21.15 O fornecedor registrado fica obrigado a assinar a Ata de Registro de Preços por meio da plataforma eletrônica oficial adotada pela Administração, como condição para eficácia do instrumento e cumprimento das obrigações de transparência, inclusive quanto à publicação no PNCP.

22 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

22.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o MAIOR DESCONTO apurado, a Ag. de Contratação/Pregoeira declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES ADJUDICANDO-O.

22.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

22.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Ag. de Contratação/Pregoeira sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

22.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

22.5 Quando houver recurso e a Ag. de Contratação/Pregoeira mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Ag. de Contratação/Pregoeira.

22.6 Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

22. DAS FICHAS ORÇAMENTÁRIAS



Secretaria de Assistência Social: Fichas orçamentárias material de consumo:

143; 153; 313; 157; 318; 160; 321; 164; 325; 286; 170; 284; 172; 281;

Secretaria de Obras: 232; 233; 234;

Secretaria de Agricultura: 76;

Secretaria de Finanças: 44;

Secretaria de Urbanismo: 61; 65;

Secretaria de SEMUSA: 254;

Secretaria de Cultura: 136;

Secretaria de Gabinete: 16;

Secretaria de Educação: 88; 93; 105; 118; e

Secretaria de Administração Pública e Planejamento: 34.

23. DO PAGAMENTO

23.1 O pagamento das notas fiscais se dará conforme ordem cronológica, não ultrapassando 30 dias, contando a partir do recebimento do produto/serviço, conforme previsto na lei e na Minuta de Contrato.

24 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 Nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicar a Contratada inadimplente as seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa, sobre o valor contratado, no seguinte percentual:

§ 1º 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor contratado, no caso de atraso na entrega do objeto do contrato ou na substituição de bens ou serviços, ou ainda, por ocorrência de descumprimento contratual, limitado a 20% (vinte por cento) a ser calculado sobre o valor dos objetos não entregues;

III. Suspensão temporária em participar de licitação e contratar com Administração, aplicados conforme a seguinte gradação das faltas cometidas:

§ 1º Gravíssima: 05 (cinco) anos, mais declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública. Compreende os casos de crime na execução do contrato, inexecução total e a recusa em assinar o contrato;

§ 2º Grave: 04 (quatro) anos. Compreende os casos de retardamento da execução do objeto com prejuízo à Administração;

§ 3º Leve: 03 (três) anos. Retardamento da execução do objeto, sem prejuízo à Administração;

§ 4º Às demais ocorrências, que não previstas nas alíneas anteriores, será aplicada a suspensão por prazo diretamente proporcional ao percentual da inexecução. Exemplo: Inexecução Parcial de 20% do contrato = 1 ano; Inexecução Parcial de 40% = 2 anos.

a) Pelo descumprimento total ou parcial do contrato pela Contratada, a Administração poderá



rescindir o contrato, anular o empenho e/ou aplicar multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

- b) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;
- c) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da lei;
- d) Não se aplica a multa referida no inciso II em casos fortuitos ou de força maior, condicionando a contratada a apresentar justificativa por escrito, até 24(vinte e quatro) horas antes do término do prazo para a entrega dos objetos, porém, na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga à contratada;
- e) As penalidades previstas nesse tópico não excluem outras decorrentes da Lei nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021.
- f) Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no 14.133, de 01 de abril de 2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

24.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) **Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;**
- b) Impedimento de licitar e de contratar com o MUNICIPIO DE RIO CRESPO, pelo prazo de até cinco anos;
- c) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

24.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

24.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.5 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24.6 Sem prejuízo das sanções já previamente citadas, será considerado ainda o estabelecido no Termo de Referência.

25 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1 Conforme estabelecido no Termo de Referência e anexos do edital.

26 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência.

27. – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



27.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência e anexos do edital.

28. – DO REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

- 28.1 Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses;
- 28.2 Os preços não sofrerão reajuste durante a vigência da Ata de Registro de Preços, salvo nas condições previstas no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
- 28.3 Os preços registrados só poderão ser revistos em decorrência de:
- 28.3.1 Redução daqueles praticados no mercado; ou
- 28.3.2 Fato superveniente que eleve o custo dos bens registrados.
- 28.4 Na hipótese do subitem 26.3, alínea “a” acima, a Contratante convocará a empresa registrada/Contratada para negociação a fim de obter a redução dos preços registrados, liberando-a do compromisso caso a negociação seja frustrada, situação em que serão convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;
- 28.5 Na hipótese do subitem 26.3, alínea “b” acima, caso a Contratada comprove, fundamentadamente, a impossibilidade de manter o preço registrado, a Contratante poderá liberá-la do compromisso assumido, se a comunicação da Contratada ocorrer antes do recebimento da Nota de Empenho.
- 28.6 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, a ser feita, através de notas fiscais de aquisição do objeto, lista de preços de fornecedores, planilhas demonstrativas do custo dos produtos ou outros que demonstrem, indiscutivelmente, a elevação do custo do objeto;
- 28.7 Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar/protocolar documento na Prefeitura do Município de Rio Crespo -RO a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração;
- 28.8 ***O pedido de Reajuste de preço se for entregue após o recebimento de empenho, a empresa deverá efetuar a entrega dos bens pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.***

29 DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 29.1 A Administração Pública se reserva no direito de:
- 29.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;
- 29.1.1 Revogar, **se for considerada inoportuna, por interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.
- 29.2 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.
- 29.3 A Pregoeira ou a Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



da sessão pública.

29.4 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.5 Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas na lei 14.133/21 e no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pela Ag. de Contratação/Pregoeira.

29.6 O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado dos sistemas de cadastramento de fornecedores.

29.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

29.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

29.9 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

29.10 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.11 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

29.12 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

29.13 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

29.14 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

29.15 Fica assegurada a unidade requisitante, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

29.16 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.



29.17 Aos **Casos Omissos**, serão solucionados diretamente pela Ag. de Contratação/Pregoeira ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 e Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

29.18 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração;

29.19 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.licitanet.com.br e alternativamente no site www.riocrespo.ro.gov.br.

29.20 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

29.21 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (69) 3539-2017/203 na **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML**.

29.22 A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

29.23 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

29.24 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

29.25 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3539-2017/203, ou na sede Prefeitura de Rio Crespo /RO.

29.26 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

29.27 A sessão pública poderá ser reaberta:

- ✓ Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- ✓ Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato:
 - ✓ não cumprir as exigências contratuais;
 - ✓ não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006; e
 - ✓ Obs: Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- ✓ solicitar deistência do ITEM após assinatura do contrato.
- ✓ O setor demandante solicitará ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos a reabertura da sessão dès de que justificadamente.



- ✓ Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 29.28 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, ou ainda podendo ser via publicação no Diário Oficial Municipal.

30 – ANEXOS

30.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II: PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE (SE NECESSÁRIO);

ANEXO V: MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

Rio Crespo, 07 de abril de 2026.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento"



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026

Secretarias Participantes: SEMAS; SECDEL; SEMED; SEMOER; SEMSUR; SEMAGRI; SEMGPPLAN; SEMUSA; E GABINETE.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto

Constitui objeto da presente Contratação a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, por meio de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços – SRP, para atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Rio Crespo/RO, conforme condições, exigências, especificações técnicas, quantitativos estimados e critérios de execução estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos. O ETP do processo identifica a necessidade de atendimento das Secretarias Municipais por meio de contratação centralizada de fornecimento de gêneros alimentícios.

Trata-se de aquisição de bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis por especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.2 JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP

A adoção do Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços justifica-se porque a demanda é contínua, recorrente, estimativa e parcelada, com necessidade de entregas futuras conforme o consumo real das unidades administrativas, evitando estocagem excessiva, perdas por vencimento e compras emergenciais. O ETP já registra a conveniência do fornecimento parcelado e aponta a pertinência de avaliar a adoção do SRP para a solução.

O **Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC**, de 25 de março de 2026, regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Rio Crespo/RO, prevendo sua utilização quando a natureza da necessidade recomendar contratações futuras, repetidas ou parceladas, inclusive para atendimento de mais de um órgão ou entidade, bem como disciplinando a prorrogação da vigência das atas e a renovação condicionada dos quantitativos inicialmente registrados.

1.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação será regida, no que couber, pela Lei nº 14.133/2021, especialmente pelas regras relativas ao planejamento da contratação, termo de referência, pesquisa de preços, pregão, sistema de registro de preços, seleção do fornecedor, gestão e fiscalização contratual; pelo **Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC**; e pelas demais normas aplicáveis.

Nos termos do regulamento municipal, o edital do SRP deve dispor sobre as especificações do objeto, quantitativos máximos estimados, regras de contratação decorrente da ata, hipóteses de cancelamento, regras de prorrogação e, quando admitida, a possibilidade de renovação do



quantitativo inicialmente registrado, com indicação expressa de requisitos, limites, procedimento e efeitos.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DA NECESSIDADE

A contratação visa atender às necessidades das Secretarias solicitantes da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, assegurando o abastecimento regular de gêneros alimentícios indispensáveis à manutenção das atividades administrativas e institucionais. O ETP identifica a necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios para atendimento das Secretarias Municipais.

A solução deverá contemplar aquisição de gêneros alimentícios com descrição minuciosa, observando variedade, qualidade, validade, condições de acondicionamento e conformidade com as normas sanitárias aplicáveis, inclusive da ANVISA e da Vigilância Sanitária, quando couber. Os itens deverão ser especificados de forma objetiva e suficiente para garantir padrão mínimo de qualidade, sem restrição indevida à competitividade.

É vedada a indicação de marcas específicas, salvo hipótese excepcional devidamente motivada no processo. Quando necessário indicar padrão de qualidade, a Administração deverá utilizar expressões como “ou equivalente”, “ou similar” ou “de qualidade igual ou superior”, ou ainda descrever o objeto por meio de características técnicas e normas aplicáveis.

Os itens deverão ser classificados, para fins de execução e recebimento, entre:

- perecíveis, como carnes, hortifrutigranjeiros, laticínios, resfriados e congelados; e
- não perecíveis, como secos, farináceos, grãos, enlatados, biscoitos, bebidas, temperos e industrializados em geral.

Essa classificação é necessária porque os grupos possuem regras distintas de entrega, transporte, armazenamento, validade e recebimento.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

Todos os produtos deverão:

- I - ser próprios para consumo humano;
- II - atender às especificações deste Termo de Referência e da proposta vencedora;
- III - apresentar embalagem íntegra, limpa, adequada, lacrada e sem avarias;
- IV - conter, quando exigível, identificação do fabricante, marca comercial, lote, data de fabricação e prazo de validade;
- V - observar os padrões sanitários e de qualidade exigidos pela legislação aplicável;
- VI - ser transportados em condições adequadas de conservação, higiene e temperatura;
- VII - estar livres de sujidades, corpos estranhos, odores impróprios, mofo, fermentação anormal, violação ou qualquer sinal de deterioração.

Nos produtos de origem animal, vegetal ou industrializados sujeitos a controle específico, deverão ser observados os registros, selos, inspeções, licenças e autorizações exigidos pela legislação sanitária e de fiscalização competente.



4. QUANTITATIVOS ESTIMADOS

Os quantitativos estimados constarão do Anexo I – Planilha de Itens, Especificações e Quantitativos, a ser elaborada com base:

- no histórico de consumo;
- nas demandas apresentadas pelas Secretarias;
- na memória de cálculo do planejamento; e
- no Estudo Técnico Preliminar do processo.

Os quantitativos no SRP possuem natureza estimativa, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração. O próprio decreto municipal define o SRP como procedimento para registro formal de preços destinados a contratações futuras e dispõe que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar. A quantidade estimada e valores atualizados, estão no **anexo I** do deste Termo de Referência.

Fica expressamente estabelecido que todos os itens deverão ser entregues em estrita conformidade com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência, parte integrante do processo de contratação.

Os produtos deverão atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos:

- ✓ Especificações técnicas completas (qualidade, composição, características físicas e sensoriais);
- ✓ Quantidades solicitadas;
- ✓ Condições de acondicionamento e embalagem;
- ✓ Prazo de validade mínimo exigido;
- ✓ Normas sanitárias e regulamentações vigentes aplicáveis;

Não serão aceitos produtos:

- Em desacordo com as especificações estabelecidas;
- Com qualidade inferior à exigida;
- Com prazo de validade inferior ao mínimo estipulado;
- Com avarias, violação de embalagem ou irregularidades sanitárias;

O descumprimento das condições estabelecidas implicará:

- Recusa no recebimento dos produtos;
- Aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021;
- Obrigação de substituição imediata dos itens, sem ônus para a Administração;



5. PARCELAMENTO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A adjudicação deverá ocorrer, em regra, por item, considerando a divisibilidade do objeto e a ampliação da competitividade, salvo justificativa técnica específica para eventual agrupamento.

O critério de julgamento recomendado é o de menor preço por item, por se tratar de bens comuns, com especificações objetivas e mercado competitivo.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Forma de fornecimento

O fornecimento será parcelado, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela unidade competente.

6.2 PRAZO DE ENTREGA

Para compatibilizar segurança jurídica, logística e natureza dos produtos, recomenda-se a seguinte disciplina:

- a) itens não perecíveis: entrega em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Fornecimento;
- b) itens perecíveis: entrega em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Fornecimento;
- c) em situações justificadas, a Ordem de Fornecimento poderá fixar cronograma específico, compatível com a urgência da demanda e a natureza do item.

O ETP já registra a conveniência do fornecimento parcelado e recomenda prazo máximo de 5 dias úteis para atendimento das requisições.

6.3 LOCAIS DE ENTREGA

As entregas deverão ser realizadas, conforme a Ordem de Fornecimento, nos seguintes locais informados no processo:

- Secretaria Municipal de Saúde – Rua Ermelindo Milane, nº 1293, Centro;
- Secretaria de Obras – Av. Joaquim Pedro Sobrinho, nº [complementar];
- Secretaria de Assistência Social – CRAS – Rua Osvaldo Piana Filho, nº [complementar];
- Prefeitura Municipal de Rio Crespo – Sede – Rua Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040.

6.4 HORÁRIO DE ENTREGA

As entregas deverão ocorrer em dias úteis, no horário de expediente do órgão recebedor, ou em horário previamente ajustado pela Administração na Ordem de Fornecimento.

Horário da Prefeitura Municipal, das 07hrs:30min as 13hrs:30min;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento"



Horário da Secretaria de Saúde, das 07hrs:30min as 11hrs:30min/ 13hrs:30min até as 17hrs:30min;

Horário do CRAS, das 07hrs:30min as 11hrs:30min / 13hrs:30min até as 17hrs:30min; e

Horário SEMED, das 07hrs:30min as 11hrs:30min / 13hrs:30min até as 17hrs:30min.

6.5 CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

A contratada deverá utilizar veículo adequado ao transporte de alimentos, observando:

- I - limpeza e higiene do compartimento de carga;
- II - proteção contra contaminação;
- III - acondicionamento compatível com a natureza do produto;
- IV - uso de veículo refrigerado, caixa térmica ou outro meio apropriado quando exigido para carnes, laticínios, congelados, resfriados e outros itens perecíveis.

7. RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Recebimento provisório

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, com conferência preliminar da quantidade, da integridade das embalagens e da correspondência com a Ordem de Fornecimento.

7.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO

O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade qualitativa dos produtos, inclusive quanto a:

- validade;
- rotulagem;
- características sensoriais;
- qualidade aparente;
- temperatura de conservação, quando aplicável;
- conformidade sanitária;
- aderência às especificações deste Termo de Referência.

7.3 Direito de recusa

A Administração poderá recusar, total ou parcialmente, produtos que apresentem:

- mofo;
- sujeira;
- embalagem violada;
- embalagem rasgada, estufada, vazando ou amassada;
- temperatura inadequada;
- odor, cor, textura ou aspecto impróprios;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento"



- validade insuficiente;
- desconformidade com a especificação exigida.

Os produtos recusados deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo fixado pela fiscalização.

8. PRAZO DE VALIDADE

No ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua natureza e com o consumo institucional previsto.

Como regra:

- I - os produtos não perecíveis deverão ser entregues com, no mínimo, 75% do prazo total de validade remanescente;
- II - os produtos perecíveis deverão apresentar prazo de validade e condição de conservação compatíveis com o consumo seguro e tempestivo pela Administração;
- III - não serão aceitos produtos com prazo exíguo de vencimento ou em condições que comprometam seu uso regular.

Essa exigência está alinhada à necessidade de evitar recebimento de produtos “próximos do vencimento” e de garantir a utilidade da aquisição pública. O ETP do processo já sinaliza a importância de exigir validade mínima adequada no ato da entrega.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- I - fornecer os produtos nas condições, prazos e quantidades estabelecidos;
- II - cumprir as Ordens de Fornecimento emitidas;
- III - substituir, às suas expensas, produtos recusados;
- IV - manter regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, quando cabível, durante toda a execução;
- V - responder por vícios, defeitos, perdas e danos decorrentes do fornecimento;
- VI - assegurar transporte adequado e conservação dos produtos;
- VII - manter representante apto a atender às demandas da fiscalização;
- VIII - arcar com todos os custos do fornecimento, inclusive transporte, carga, descarga, substituição, tributos e encargos.

10. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

São obrigações da Administração:

- I - emitir as Ordens de Fornecimento;
- II - disponibilizar servidor para recebimento;
- III - acompanhar e fiscalizar a execução;
- IV - rejeitar produtos em desconformidade;
- V - atestar o recebimento definitivo quando satisfeitas as exigências;
- VI - efetuar o pagamento após regular liquidação da despesa.



11. HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para a qualificação técnica, poderá ser exigida:

- I - apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento anterior de gêneros alimentícios compatíveis em características com o objeto;
- II - licença ou alvará sanitário, ou documento equivalente, quando exigível pela natureza da atividade exercida pela empresa;

A exigência técnica deve observar proporcionalidade e pertinência com o objeto, evitando restrições indevidas à competitividade. O Manual do TCU orienta que as exigências de habilitação guardem relação com o objeto e sejam justificadas no processo.

12. PESQUISA DE PREÇOS E ESTIMATIVA DO VALOR

A estimativa do valor da contratação deverá constar do Anexo II – Mapa de Formação do Preço Estimado, instruído com pesquisa de preços realizada na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Conforme as orientações sobre pesquisa de preços, a definição do valor estimado deve basear-se no melhor preço aferido por parâmetros idôneos, podendo envolver painel de preços, contratações similares, PNCP e, quando necessário, pesquisa direta com fornecedores.

O processo já contém documento de resultado de cotação, que deverá compor a instrução da estimativa juntamente com a memória de cálculo final.

13. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE

As quantidades devem ser justificadas com base no histórico de consumo, nas demandas das Secretarias e no ETP, com memória de cálculo por item ou grupo de itens, sempre que possível. O ETP do processo aponta a necessidade de fundamentação a partir do histórico de consumo e do levantamento das necessidades das unidades requisitantes.

14. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA/CONTRATAÇÕES DECORRENTES

A execução será acompanhada por servidor formalmente designado pela Administração, indicado no processo como Thiago, sem prejuízo da necessidade de ato formal de designação do gestor e do fiscal.

Compete ao fiscal:

- I - acompanhar as entregas;
- II - verificar quantidades e qualidade;
- III - registrar ocorrências;
- IV - solicitar substituição de itens recusados;
- V - atestar o recebimento definitivo quando satisfeitas as exigências.



15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O inadimplemento sujeitará a contratada às sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Deverão ser previstas no edital e na ata, ao menos, as seguintes hipóteses:

- atraso injustificado na entrega;
- entrega de produto em desconformidade;
- recusa injustificada de substituição;
- descumprimento das condições sanitárias;
- inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

16. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após:

I - entrega regular do objeto;

II - recebimento definitivo;

III - apresentação da nota fiscal/fatura;

IV - verificação da regularidade necessária à liquidação da despesa.

Não haverá pagamento por itens recusados ou não substituídos adequadamente.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Natureza da ata

A licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, sendo a Ata de Registro de Preços – ARP o documento vinculativo e obrigacional que registrará o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas nas futuras contratações. Essa definição consta expressamente do Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC.

17.2 VIGÊNCIA DA ATA

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado da forma prevista no instrumento convocatório, podendo ser prorrogada por igual período, desde que formalmente comprovada a vantajosidade dos preços registrados. Essa disciplina consta do art. 8º do Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC.

17.3 PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO CONDICIONADA DOS QUANTITATIVOS

Nos termos do Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC, a prorrogação da vigência da ata dependerá de processo administrativo próprio, instaurado e concluído antes do término da vigência, com instrução adequada quanto à conveniência, oportunidade e vantajosidade. O regulamento municipal também admite, quando houver previsão expressa no edital e na ata, a



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento"



renovação do quantitativo inicialmente registrado para o período prorrogado, desde que observados os requisitos, limites e procedimento do decreto, sem caracterizar acréscimo quantitativo vedado.

Fica desde já consignado neste Termo de Referência que a futura minuta do edital e da ata deverá prever, de forma expressa:

- I - a possibilidade de prorrogação da ARP;
- II - a disciplina da eventual renovação condicionada dos quantitativos inicialmente registrados;
- III - a necessidade de demonstração da manutenção do preço vantajoso;
- IV - o controle formal do saldo do item;
- V - a vedação de soma indevida entre saldo remanescente anterior e quantitativo renovado, quando aplicável.

17.4 INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE CONTRATAR

A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições. O regulamento municipal reproduz expressamente essa lógica.

17.5 JUSTIFICATIVA ESPECÍFICA PARA EVENTUAL RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS INICIALMENTE REGISTRADOS NA ATA

Considerando que o objeto desta contratação consiste no fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados ao atendimento contínuo das Secretarias Municipais, e que se trata de demanda administrativa permanente, recorrente e sujeita a variações de consumo ao longo do exercício, mostra-se juridicamente e administrativamente pertinente prever, desde a fase de planejamento, a possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente registrados, para o período de eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços, desde que observados os requisitos do regulamento municipal, do edital e da própria ata.

A medida se justifica porque a natureza do objeto envolve consumo sucessivo, fracionado e indispensável ao regular funcionamento da Administração, não sendo recomendável que a Administração dependa de instauração imediata de novo procedimento licitatório ao término da vigência originária da ata, sempre que persistir a necessidade pública e permanecer demonstrada a vantagem da manutenção da solução registrada.

A previsão da renovação condicionada dos quantitativos constitui estratégia de planejamento voltada à continuidade do abastecimento, à prevenção de desabastecimento das unidades administrativas, à racionalização dos fluxos de compras, à redução de contratações urgentes e à mitigação de riscos decorrentes da interrupção do fornecimento de itens essenciais de consumo administrativo.

Sob o aspecto da vantajosidade, a eventual renovação dos quantitativos somente poderá ocorrer



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento"



se, no momento da prorrogação da ata, houver processo administrativo específico demonstrando, de forma contemporânea, a permanência da necessidade administrativa, a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, a conveniência da medida em comparação com a deflagração imediata de novo certame, bem como a manutenção das condições de execução pelo fornecedor registrado.

Registra-se, ainda, que a renovação dos quantitativos não será automática nem presumida, dependendo de previsão expressa no edital e na ata, de análise formal de vantajosidade, de observância dos limites e procedimentos do regulamento municipal, e de controle administrativo que impeça soma indevida entre saldo remanescente e quantitativo renovado, quando vedada.

Dessa forma, a previsão da eventual renovação dos quantitativos inicialmente registrados, quando admitida pelo regulamento municipal e expressamente autorizada no instrumento convocatório e na ata, revela-se medida coerente com os princípios do planejamento, da eficiência, da continuidade do serviço público, da economicidade e da boa gestão das contratações públicas.

18. CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA

As contratações decorrentes da ata dependerão de:

- I - existência de saldo disponível do item;
- II - compatibilidade da demanda com o objeto registrado;
- III - manutenção das condições do fornecedor, quando exigível;
- IV - disponibilidade orçamentária no momento da contratação;
- V - observância do edital, da ata e do Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC.

A vigência dos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da ata não se confunde com a vigência da própria ARP.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação decorrente da ata observará a disponibilidade orçamentária no momento da formalização do ajuste, conforme regra do regulamento municipal e da legislação de regência.

20. SUSTENTABILIDADE E BOAS PRÁTICAS

Sempre que compatível com o objeto, a contratação deverá observar medidas de racionalização do consumo e redução de desperdícios, especialmente por meio de fornecimento parcelado, acondicionamento adequado e logística compatível com a conservação dos alimentos. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis recomenda a incorporação de práticas que promovam eficiência e sustentabilidade nas contratações públicas.

21. DISPOSIÇÃO FINAL

O fornecedor irá declarar ciência de que a entrega em desacordo com o Termo de Referência poderá ensejar penalidades, inclusive multa, suspensão e demais sanções previstas em lei e no



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“*Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento*”



instrumento contratual.

21. ANEXOS

Integram este Termo de Referência, para todos os fins:

Anexo I – Planilha de Itens, Especificações e Quantitativos;

Anexo II – Mapa de Formação do Preço Estimado;

Anexo III – Relação das Unidades Requisitantes e Endereços;

Anexo IV – Modelo de Ordem de Fornecimento;

Anexo V – Mapa de Riscos da Contratação.



ANEXO I BALIZAMENTO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QNTD	VLR UNT	VLR TOTAL
1.	020.001.007	ACAFRAO , em pó (cúrcuma), acondicionado em pacote/sachê de 30 gramas, íntegro, devidamente fechado e rotulado, com identificação do produto, marca do fabricante, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade e informações do lote.	UNID	700	4,81	3.367,00
2.	020.001.011	AÇÚCAR cristal branco, pacote de 2 kg: de primeira qualidade, obtido da cana-de-açúcar, com aspecto sólido, formado por cristais brancos, homogêneos, limpos e secos, isento de fermentação, umidade, empedramento e sujidades. produto puro e natural, livre de matéria terrosa, parasitas, detritos animais ou vegetais e quaisquer impurezas que comprometam sua qualidade	UNID	3.500	8,23	28.805,00
3.	020.001.024	ALHO in natura, tipo nacional, em bulbo inteiro, fornecido em quilograma, de boa qualidade, fresco, firme, intacto, compacto e bem formado, sem lesões de origem, perfurações, cortes, rachaduras, mofo, podridão ou sinais de deterioração, com casca íntegra e sem sujidades	KG	865	34,17	29.557,05
4.	020.001.026	AMENDOIM - inteiro, cor, odor, sabor característicos. acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo): valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação/validade. isento de: matéria terrosa, parasitas, larvas, material estranho sem umidade. validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega	KG	60	18,99	1.139,40
5.	020.001.027	AMIDO DE MILHO - produto amiláceo extraído do milho, obtido a partir de matérias-primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas, sujidades, umidade excessiva, fermentação e quaisquer substâncias estranhas à sua composição normal. deverá apresentar coloração, odor e sabor característicos do produto, em perfeito estado de conservação. embalagem primária íntegra, atóxica, resistente e devidamente lacrada, contendo 500 g , com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade	UNID	224	11,16	2.499,84
6.	020.001.030	ARROZ POLIDO tipo 1 , classe longo fino (“agulhinha”), constituído de grãos inteiros, com no máximo 15% de umidade, isento de sujidades, materiais	KG	2.290	22,22	50.883,80



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



		estranhos, impurezas, insetos, matérias terrosas, odores estranhos ou qualquer outro elemento que comprometa sua qualidade ou condições sanitárias. Deverá ser acondicionado em embalagem plástica resistente, transparente ou opaca, devidamente lacrada, contendo 5 kg, com identificação do produto, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade, lote e demais informações exigidas pela legislação aplicável. O produto deverá apresentar prazo de validade mínimo de 60 dias a contar da data da entrega e ter sido fabricado.				
7.	020.001.031	AZEITONA VERDE - embalagem 500 g (vidro), em conserva, sem caroço em conserva, preparada a partir de frutos selecionados, submetidos a processo de cura e acondicionados em salmoura, apresentando características sensoriais próprias, sem sinais de deterioração. Tipo: azeitona verde, sem caroço, em conserva - qualidade: produto classificado como primeira qualidade, constituído por frutos inteiros, firmes, de tamanho uniforme, com baixo índice de defeitos; composição básica: azeitona verde, água e sal, podendo conter acidulantes e conservantes permitidos pela legislação vigente; aspecto: frutos inteiros, sem amassamentos excessivos, sem fragmentação significativa ou presença de corpos estranhos; cor: verde característico, uniforme, sem manchas escuras anormais; sabor e odor: característicos, sem gosto ácido excessivo, fermentação, ranço ou qualquer alteração indesejada; salmoura: límpida, sem turbidez excessiva ou formação de sedimentos anormais.	UNID	100	20,66	2.066,00
8.	020.001.032	BALA DOCE - mastigável, sabores sortidos, acondicionada em embalagem plástica resistente, atóxica e devidamente lacrada, contendo 1 kg, com identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e informações do lote	UNID	35	19,19	671,65
9.	020.001.041	BATATA inglesa in-natural - de 1ª qualidade lavada lisa, compacta e firme sem lesões, com tamanho uniforme devendo ser grauda.	KG	1.620	7,61	12.328,20
10.	020.001.045	BETERRABA - lavada lisa de primeira qualidade, compacta e firme sem lesões, com tamanho uniforme devendo ser grauda. embalagem em sacos da rafia contendo 5 kg	KG	860	8,79	7.559,40
11.	020.001.048	BISCOITO DOCE TIPO MARIA - composição farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal e demais substâncias pacote 400g	UNID	740	6,91	5.113,40
12.	020.001.049	BISCOITO SALGADO - tipo Cream Cracker, composição farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal e demais substâncias permitidas. Acondicionadas em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados	UNID	1.040	6,99	7.269,60



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



		com no mínimo 400g, com prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de fabricação				
13.	020.001.051	BISCOITO- TIPO ROSQUINHA - sem recheio, embalagem de 400 g. Produto obtido a partir de ingredientes de boa qualidade, íntegro e próprio para consumo humano, devendo apresentar coloração, odor, sabor e textura característicos do produto. Acondicionado em embalagem original, íntegra, limpa, atóxica e devidamente lacrada, contendo identificação do produto, marca do fabricante, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais, nos termos da legislação aplicável. O produto deverá ser entregue com prazo de validade mínima 120 (cento e vinte) dias.	UNID	740	8,71	6.445,40
14.	020.001.057	CAIXA DE BOMBOM - SORTIDOS , contendo aproximadamente 20 unidades, com peso compatível com o padrão comercial do fabricante, composta por bombons variados de chocolate ao leite e/ou chocolate coberto, com recheios sortidos, com características mínimas de boa apresentação, sabor, textura e acondicionamento, sendo exigido chocolate de primeira qualidade, embalagem original, não violada, prazo de validade mínima de 120 dias, devendo o produto possuir qualidade equivalente às marcas Garoto, Nestlé ou Lacta, ou similar,	CX	800	17,65	14.120,00
15.	020.001.058	CALDO DE CARNE tablete acondicionado em embalagem original de minino 57g	CX	440	5,04	2.217,60
16.	020.001.060	CALDO DE GALINHA em tablete acondicionado em embalagem original de no minino 57gr.	CX	440	5,04	2.217,60
17.	020.001.061	CANJIQUELHA aroma e cor própria, em condições adequadas para o consumo. embalagem com 500 gr	UNID	406	3,46	1.404,76
18.	020.001.062	CARNE BOVINA TIPO MOIDA dianteira sem osso tipo paleta ou acem, sem pelanca.	KG	4.100	28,61	117.301,00
19.	020.001.063	CARNE BOVINA TIPO SEM OSSO - coxão mole, alcatra ou patim traseiro, sem pelanca, pouca gordura, congelada, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalagem em sacos plástico apropriados	KG	8.500	44,46	377.910,00
20.	020.001.065	CEBOLA BRANCA de primeira qualidade sem rama, fresca compacta e firme sem lesões, perfurações e cortes e manchas com tamanho e coloração uniformes	KG	1.610	6,93	11.157,30
21.	020.001.068	CENOURA – FRESCA - de primeira qualidade, sem rama, fresca compacta e firme sem lesões sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme, devendo ser graúda, embalada em sacos de rafia.	KG	1.550	8,19	12.694,50



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



22.	020.001.072	CHÁ DE CAMOMILA (SACHÊ) , flores de camomila isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos; embalagem primaria sachê individual, com validade minima de 14 meses na data de entrega. sachê contem 10gr. caixa com 10un.	CX	1.090	8,82	9.613,80
23.	020.001.073	CHÁ DE ERVA CIDREIRA - acondicionado em sachê individual, produzido a partir de matéria-prima sã e limpa, devendo apresentar características sensoriais próprias do produto, como cor, aroma e sabor característicos, isento de sujidades, parasitas, larvas, fragmentos de insetos e quaisquer outros materiais estranhos ou impróprios ao consumo humano. Embalagem primária em sachê individual, íntegra, atóxica e devidamente lacrada. Cada sachê contendo 10 g do produto. Fornecimento em caixa com 10 sachês. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	CX	1.300	8,82	11.466,00
24.	020.001.074	CHÁ DE ERVA MATE - ligeiramente tostados com coloração castanho-escuro ou amarronzada escura; com aspecto cor cheiro e sabor, gosto marcante, e levemente adstringente. unidade com 250gr ou 500 gr.	CX	1.430	15,36	21.964,80
25.	020.001.077	CHARQUE BOVINO - preparado com carne bovina de boa qualidade salgada, curada, seca, de consistência firme, com cor ,cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e materias estranhos, embalada a vácuo, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes que garantem a integridade do produto até o momento do consumo.	KG	1.100	61,19	67.309,00
26.	020.001.080	CHUCHU limpos e de boa qualidade, sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. não serão permitidas rachaduras, perfurações e cortes, isenta de sujidades e parasitas. embalada em sacos de rafia	KG	1.120	8,94	10.012,80
27.	020.001.081	COCO: IN NATURA - obtido da polpa de coco fresco, sem adição de açúcar, de primeira qualidade, com características sensoriais próprias, livre de sujidades, impurezas e sinais de deterioração, acondicionado em embalagem íntegra de 150 g.	KG	190	12,66	2.405,40
28.	020.001.085	COLORIFICO (COLORAL) - natural em po fino homogêneo, obtido de frutas maduros de urucum, coloração vermelha, pacote 100gr	UNID	850	4,99	4.241,50
29.	020.001.089	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO - sem adição de sal e de temperos: manipulada em condições higiênicas, provenientes de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo ser entregue a temperatura entre 0 a 4°C. prazo de	KG	5.400	14,73	79.542,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



		validade mínimo de 6 meses. Na entrega do produto, deverá ter data de fabricação máxima de 30 dias. embalagem: o produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente, transparente. rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão ser impressas de forma clara as seguintes informações: identificação do produto, inclusive a marca; nome e endereço do fabricante; data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e número do lote; peso líquido; condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo (na embalagem secundária); número de registro do produto no órgão competente.				
30.	020.001.090	CREME DE LEITE UHT - tradicional, homogeneizado, acondicionado em embalagem cartonada ou sachê de 200 g, íntegra, original do fabricante, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e demais informações obrigatórias na legislação aplicável.	CX	750	4,32	3.240,00
31.	020.001.091	ERVILHA VERDE em conserva, acondicionada em lata com peso líquido de 200 g, embalagem nova, íntegra, sem ferrugem, amassamentos ou estufamento, contendo grãos inteiros, de boa qualidade, com rotulagem conforme a legislação aplicável.	UNID	200	6,14	1.228,00
32.	020.001.092	EXTRATO DE TOMATE - simples e concentrado, elaborado com frutos sadios, limpos e sem sementes. isento de fermentações. deve apresentar cor, sabor, odor característico, consistente pastosa, embalagem em latas ou tetrapack com peso líquido de 340g. validade mínima de 6 meses, e fabricação de até 30 dias da entrega	UNID	950	6,04	5.738,00
33.	020.001.093	FARINHA DE MANDIOCA - seca, fina, isenta de matéria terrosa, fungos, parasitas ou fragmentos estranhos. embaladas em pacotes plasticos de 1kg contendo prazo de validade e data de fabricação.	KG	200	10,58	2.116,00
34.	020.001.095	FARINHA DE TRIGO - c/ fermento: (1k) enriquecida com ferro e ácido fólico. tipo especial. obtido de grãos de trigo sãos, limpos e isentos de matérias terrosos e parasitas. não podemos estar úmida, fermentada ou rançosa, devendo obedecer à legislação vigente, embalagem em pacotes de 1kg. prazo mínimo de validade de 4 meses e data de fabricação de até 30 dias.	KG	350	7,61	2.663,50
35.	020.001.096	FARINHA DE TRIGO - em fermento, de primeira qualidade, obtido de grãos de trigo sãos, limpos e isentos de matérias terrosos e parasitas. Não podemos estar úmida, fermentada ou rançosa, devendo obedecer à legislação vigente, embalagem	KG	880	6,57	5.781,60



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



		em pacotes de 1kg. prazo mínimo de validade de 4 meses e data de fabricação de até 30 dias				
36.	020.001.097	FEIJÃO PRETO- TIPO 01 - novo, de boa qualidade, constituídos de grãos inteiros e sãos, embalagem plástica de 01 kg, livre de parasitas (carunchos), odores estranhos, substâncias nocivas, pregos, paus, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	KG	750	7,81	5.857,50
37.	020.001.099	FEIJAO TIPO CARIOQUINHA - de primeira qualidade, novo, constituído de graos inteiros e sadios, embalagem de 1 kg em sacos plastico trasnparentes, resistente que garantam a integridades do produto	KG	2.440	8,66	21.130,40
38.	020.001.101	FERMENTO BIOLÓGICO - instantâneo pct 100 gr, seco, instantâneo embalagem intacta	UNID	100	15,66	1.566,00
39.	020.001.102	FERMENTO QUIMICO EM PO – para confecção de bolos, acondicionada em latas ou pacotes resistentes 250gr.	UNID	160	9,98	1.596,80
40.	020.001.104	FOLHA DE LOURO , PCT 30GR - (sem cabeça, vísceras e pes) congelado, embalagem em saco plastico transparente, com no minino de 2 kg	UNID	60	15,99	959,40
41.	020.001.105	FRANGO INTEIRO abatido - (sem cabeça, vísceras e pes) congelado, embalagem em saco plastico transparente, com no minino de 2 kg.	KG	1.400	15,65	21.910,00
42.	020.001.107	FUBA DE MILHO - refinado obtido pela moagem do grao de minho, seco, livre de sujidades, materiais terrosos, embalagem plastica trasnparente de 1kg	UNID	550	5,80	3.190,00
43.	020.001.112	LARANJA FRESCA - de primeira qualidade, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, de qualidade firme e intacta, isenta de enfermidades, manchas, sem danos oriundos do manuseio	KG	1.340	7,58	10.157,20
44.	020.001.113	LEITE CONDENSADO - obtido a partir da evaporação parcial do leite, adicionado de açúcar, apresentando consistência cremosa, coloração branca a levemente amarelada, sabor doce característico e ausência de odores ou sabores estranhos.	UNID	460	8,62	3.965,20
45.	020.001.114	LEITE DE COCO - produto obtido de leite de coco pasteurizado e homogeneizado, podendo conter conservantes, acidulantes e/ou espessante. embalagem de 200g.	UNID	460	7,94	3.652,40
46.	020.001.115	LEITE EM PO INTEGRAL de primeira qualidade - embalagem de 400 gramas, alumi-nizada e resistente. Marca de referência: Tradição;	UNID	680	20,82	14.157,60
47.	020.001.122	LINGUIÇA FRESCA MISTA - carne suína e bovina; preparada com carne bovina, pernil suíno e condimentos ? congelada com validade dentro do prazo de	KG	1.650	24,32	40.128,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



		12 meses; com aspecto normal, firme, sem umidade; isenta de sujidades, parasitas e larvas; mantida em temperatura de refrigeração adequada; acondicionada em saco de polietileno, devidamente fechado.				
48.	020.001.123	LINGUIÇA TIPO CALABRESA - linguiça bovina, especial, defumada, embalagem a vácuo em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura.	KG	1.650	34,91	57.601,50
49.	020.001.124	MAÇA FRESCA - de primeira qualidade, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidas, de qualidade firme e intacta, sem danos oriundos do manuseio e transporte.	KG	1.040	14,07	14.632,80
50.	020.001.127	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE - embalagem com 500gr cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos, e demais substância permitidas, isenta de corantes artificiais sujidades, parasitas, embalagem de 500g, em sacos plásticos transparente e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantem a integridade do produto até o momento do consumo. Marca de referência:	UNID	2.950	6,32	18.644,00
51.	020.001.129	MACARRÃO TIPO PARAFUSO - embalagem com 500 gr cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos, e demais substâncias permitidas, isenta de corantes artificiais sujidades, parasitas, embalagem de 500g, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Marca de referência:	UNID	2.890	6,32	18.264,80
52.	020.001.130	MAIONESE INDUSTRIALIZADA - do tipo emulsão cremosa estável, homogênea, obtida a partir da mistura de água, óleo vegetal, ovos e demais ingredientes permitidos, apresentando textura lisa, coloração uniforme e sabor característico, sem separação de fases. Marca de referência:	UNID	500	15,32	7.660,00
53.	020.001.141	MARGARINA - produzida exclusivamente de gordura vegetal, com sal., em potes de polipropileno com lacre de papel luminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto 500g; Marca de referência: Delícia; Deline; Doriana ou similar.	UNID	1.210	13,46	16.286,60
54.	020.001.146	MELÃO AMARELO - de formato oval, cor da polpa: branca-amarelada, peso por unidade: 1 a 2 kg, ausência de defeitos graves (podridão, passado, dano profundo e imaturo)	KG	700	10,12	7.084,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



55.	020.001.147	MILHARINA - (flocos de milho pré-cozido) – pacote 500 g - farinha de milho do tipo milho (flocos de milho pré-cozido), obtida a partir de grãos de milho selecionados, submetidos a processo de moagem e pré-cozimento, destinada ao preparo de alimentos como cuscuz, mingaus e preparações similares. Marca de referência: Nutrivita ou similar	UNID	930	4,99	4.640,70
56.	020.001.148	MILHO CANJICA BRANCA - de primeira qualidade, contendo 80% de grãos inteiros, isentas de materiais terrosos, parasitos embalagem com 500g	UNID	420	3,98	1.671,60
57.	020.001.149	MILHO PARA PIPOCA - produto de primeira qualidade, com alto índice de expansão (boa capacidade de estouro), grãos uniformes e bem formados. Aspecto: grãos inteiros, duros, secos, limpos e isentos de umidade excessiva; Cor: característica do milho para pipoca (amarelo ou branco), sem manchas escuras ou sinais de deterioração; Pureza: livre de: Materiais estranhos (terra, pedras, palhas, insetos ou fragmentos); Impurezas, grãos ardidos, mofados, quebrados ou carunchados; Sujidades e parasitas. Odor e sabor: característicos, sem sinais de ranço, fermentação ou mofo, embalagem com 500 gr	UNID	25	4,12	103,00
58.	020.001.151	MILHO VERDE - constituído por grãos selecionados, inteiros, macios, imersos em líquido de cobertura apropriado (água e sal). Produto de primeira qualidade, obtido de milho selecionado, sem presença de impurezas, sujidades, insetos ou materiais estranhos. Grãos: inteiros, bem desenvolvidos, macios, sem grãos quebrados em excesso ou desintegrados; Coloração: amarela, uniforme, sem manchas escuras ou sinais de deterioração. Textura: firme e macia, não fibrosa ou endurecida; Sabor e odor: característicos, livres de fermentação, ranço ou qualquer alteração; Líquido de cobertura: transparente ou levemente turvo, sem presença de sedimentos anormais; Peso líquido de aproximadamente 200 g; Acondicionado em: lata metálica com revestimento interno apropriado; Condições da Embalagem: Íntegra, sem: Amassados; estufamento; ferrugem; vazamentos; Lacrada de fábrica e com identificação legível; Data de fabricação; e Data de validade.	UNID	810	5,58	4.519,80
59.	020.001.159	OLEO DE SOJA REFINADO - embalagem de 900 ml resistente, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo	UNID	2.610	9,23	24.090,30
60.	020.001.160	OREGANO – desidratado, pct de 100gr	UNID	300	10,12	3.036,00
61.	020.001.166	PALITO DE DENTE - confeccionado em madeira natural, preferencialmente de bambu, descartável, utilizado para higiene bucal e uso alimentar, com superfície	CX	190	3,58	680,20



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



		lisa, resistente e sem farpas; Material: madeira natural, preferencialmente bambu, de origem renovável; Formato: cilíndrico ou levemente achatado, com extremidades pontiagudas; Acabamento: superfície lisa, polida e uniforme; isento de farpas, rachaduras, lascas ou imperfeições; não apresentar resíduos, odores ou contaminação; Resistência: não deve quebrar facilmente durante o uso normal; Higiene: produto limpo, seco, livre de agentes contaminantes. Cx com 200und				
62.	020.001.178	PEITO DE FRANGO - carne de frango tipo peito congelado com adição de água no máximo 6 %. aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	KG	2.900	23,39	67.831,00
63.	020.001.185	PIMENTAO FRESCO - de primeira qualidade, de tamanho e coloração uniformes	KG	400	15,60	6.240,00
64.	020.001.187	PIPOCA DOCE - (produzida com ingredientes selecionados e saudáveis utilizando matérias primas limpas isento de sujeira contendo como ingredientes canjica e açúcar empacotado através de processo automatizado sem contato manual (pacotes contendo 50 gramas)	UNID	800	2,66	2.128,00
65.	020.001.188	PIRULITO - sólido, obtido a partir de mistura de açúcares e outros ingredientes permitidos, moldado em formato adequado para consumo individual, com haste (palito), embalado individualmente e acondicionado em pacote de aproximadamente 500 g; Composição básica: açúcar, glicose e/ou outros açúcares permitidos, podendo conter aromatizantes, corantes alimentícios e acidulantes autorizados pela legislação vigente; Qualidade do produto: Produzido com matérias-primas selecionadas, limpas e próprias para consumo humano; Isento de sujidades, corpos estranhos, parasitas e larvas; fabricado em ambiente higiênico-sanitário adequado; Processo produtivo preferencialmente automatizado, sem contato manual direto com o produto; Produto íntegro, sem rachaduras, pegajosidade excessiva ou deformações; Aspecto: sólido, com superfície lisa e uniforme; Cor e sabor: característicos, de acordo com o tipo (frutas ou outros sabores), sem alterações ou odores estranhos; Embalagem: Embalados individualmente, com haste plástica ou de papel apropriado para uso alimentício; Acondicionados em pacote contendo aproximadamente 500 g ; Embalagem primária e secundária íntegras, resistentes e atóxicas; Produto devidamente lacrado, sem sinais de violação, umidade ou contaminação.	UNID	320	18,63	5.961,60



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



		Data de fabricação e validade				
66.	020.001.202	GELATINA EM PÓ SABORIZADA – embalagem 100 g, destinada ao preparo de sobremesa, com boa solubilidade em água, resultando em produto final com textura firme, homogênea e sabor característico conforme o tipo declarado; especificações técnicas mínimas: composição básica: açúcar, gelatina comestível, aromatizantes artificiais e/ou idênticos aos naturais, podendo conter corantes e reguladores de acidez permitidos pela legislação vigente; aspecto (pó): fino, homogêneo, livre de grumos, umidade ou impurezas; aspecto após preparo: textura firme, uniforme, sem separação de fases; sabor e odor: característicos do sabor declarado, sem odores ou sabores estranhos; variedades de sabores: o produto deverá ser fornecido em sabores variados, no mínimo: uva; morango; framboesa; abacaxi; qualidade do produto: produto de 1ª qualidade, próprio para consumo humano; isento de sujidades, parasitas, larvas ou quaisquer contaminantes; deve apresentar padrão uniforme entre os lotes fornecidos. atender integralmente às normas sanitárias vigentes. embalagem: embalagem primária contendo 100 g, do tipo sachê ou envelope laminado; deve ser: resistente, íntegra e bem vedada; livre de furos, rasgos ou umidade; com identificação clara e legível do fabricante. Data de fabricação; e Data de validade	UNID	140	5,32	744,80
67.	020.001.214	REPOLHO FRESCO - de primeira qualidade, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, de qualidade firme e intacta, isenta de enfermidades, manchas, sem danos oriundos do manuseio	KG	1.390	9,22	12.815,80
68.	020.001.217	SAL REFINADO IODADO - com no mínimo 96,95% de cloreto de sódio e sais de iodo acondicionado em saco de polietileno, resistente e vedado. embalagem plástica de 1 kg	UNID	630	3,72	2.343,60
69.	020.001.220	SARDINHA EM LATA - especificação: sardinha com óleo, sem conservantes, sem glúten. embalagem de 125 g, íntegra, sem amassada ou estufamentos, contendo informação nutricional, data de validade contata para atendimento ao consumidor, e registro em órgão competente.	UNID	240	8,59	2.061,60
70.	020.001.221	SUCO DE FRUTA - concentrado sabores caju, goiaba e maracujá, embalagem de 1l.	Lt	490	13,99	6.855,10
71.	020.001.224	TEMPERO COMPLETO - composto por mistura homogênea de ingredientes naturais e/ou desidratados, com sabor e aroma característicos, isento de impurezas, sujidades ou substâncias estranhas; Especificações Técnicas Mínimas:	KG	260	18,49	4.807,40



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



		Composição básica: sal refinado, alho, cebola, podendo conter ervas e especiarias (como salsa, cebolinha, pimenta, louro, entre outros), na forma desidratada ou processada; Aditivos: admite-se a presença de conservantes e realçadores de sabor permitidos pela legislação vigente, desde que devidamente declarados no rótulo; Aspecto: homogêneo, podendo ser em pasta, granulado ou pó; Cor: característica dos ingredientes utilizados, sem alteração; Odor e sabor: próprios do produto, sem sinais de ranço, fermentação ou deterioração; Padrão de Qualidade: Produto de boa qualidade sanitária, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos; não deve apresentar: umidade excessiva; presença de mofo, bolor ou fermentação; embalagem violada ou estufada. embalagem de 1kg.				
72.	20.01.225	TEMPERO INSTANTÂNEO - destinado ao preparo de alimentos, em forma de pó, granulado ou tablete, com sabor característico (carne, galinha, legumes ou similar), próprio para consumo humano, isento de sujidades, contaminantes ou substâncias estranhas. Composição básica: sal, amido e/ou farinha, gordura vegetal, açúcar, especiarias (alho, cebola, salsa, entre outros), podendo conter realçadores de sabor (como glutamato monossódico), corantes e aromatizantes permitidos pela legislação vigente; Qualidade do produto: Deve apresentar aspecto homogêneo , sem empedramento excessivo (no caso de pó/granulado); Livre de umidade, bolores, insetos ou impurezas ; Aroma e sabor característicos, sem sinais de ranço ou deterioração; Apresentação: Forma: pó, granulado; Peso/quantidade: (ex.: sachês individuais); O pacote deverá conter 12 unidades (sachês) de 5g cada, totalizando 60g por pacote.	UNID	490	6,49	3.180,10
73.	020.001.227	TOMATE FRESCO - de primeira qualidade, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, de qualidade firme e intacta, isenta de enfermidades, manchas, sem danos oriundos do manuseio	KG	1.830	11,22	20.532,60
74.	020.001.232	VINAGRE BRANCO - fermentado acético de álcool, acidez 4%. embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 750 ml. prazo de validade: mínimo de 6 meses	UNID	50	12,87	643,50
75.	020.001.233	VINAGRE DE VINHO TINTO - frasco de 750 ml de primeira qualidade.	UNID	310	13,96	4.327,60
76.	020.001.241	BISCOITO SALGADO INTEGRAL integral, leve e crocante, com sabor original e que contém trigo integral, gergelim, leite e malte. Peso Líquido: 360g (geralmente em 3 pacotes de 120g). Textura: Crocante e leve. Sabor:	UNID	2.500	8,66	21.650,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



		Integral/original Data de fabricação prazo de validade e número de lote. Validade mínima de 06 meses Marca de referência: sol salt plus ou similar				
77.	020.001.242	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - padrão de qualidade mínimo Superior, 100% arábica, sabor intenso, mínima 8, embalagem tipo Alto, Vácuo ou Vácuo Puro, podendo ser entregue em pacotes de 500g, com selo de pureza ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café) e/ou PQC (Programa de Qualidade do Café) respeitada a quantidade contratada, detalhamento técnico conforme item 4.5 deste termo, data de fabricação prazo de validade e número de lote. Marca de referência: Pilão tradicional; 3 Corações Tradicional; Santa Rosa Tradicional; Cabocla Tradicional ou similar	UNID	4.810	43,37	208.609,70
78.	020.001.244	CHÁ FRUTAS VERMELHAS - (sachê) isento de sujeidades, fragmentos de insetos e outros materiais individual embalagem secundaria caixa de papel cartão; com validade minima de 12 meses na data da entrega; saches contem 10gr.	CX	600	17,66	10.596,00
79.	020.001.245	ADOÇANTE DIETÉTICO - composto de sacarina sódica e ciclamato de sódio, liquido, acondicionados em frascos de 200 ml; Validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega. Adocyl ou Assugrin ou Magro ou similar Frasco.	FRASCO	40	12,82	512,80
80.	020.001.246	CHÁ, SABOR HORTELÃ - (sachê) folhas e ramos isento de sujeidades, fragmentos de insetos e outros materiais individual embalagem secundaria caixa de papel cartão; com validade minima de 12 meses na data da entrega; saches contem 10gr.	CX	600	10,66	6.396,00
81.	020.001.247	OLEO DE SOJA litro 900ml, cx com 20 und - comestível, composto de soja, isento de ranço e substancias estranhas, cor e odor caracteristico, embalagem plastica de 900ml, acondicionados em caixas de papelão, totalizando 20 garrafas, apresentar data de fab.de no maximo 30 dias antes da entrega no deposito.	CX	780	184,40	143.832,00
82.	020.001.248	ACHOCOLATADO EM PÓ - cacau em pó solúvel (lecitinado), açúcar refinado. O produto devera' conter teor mínimo de 25% de cacau. Devera' conter cor própria, com cheiro e sabor característico, sendo obtido por matérias primas limpas, vitaminado, fortificado com ferro e cálcio aromatizado artificialmente, data de fabricação prazo de validade e número de lote. Validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega. Embalagem contendo 400g A 500G.	UNID	580	16,63	9.645,40
83.	020.001.249	BISCOITO DOCE - MAIZENA AO LEITE - de sabor, cor e odor característicos, textura crocante, sem gordura trans, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente de dupla face, contendo no mínimo	UNID	2.600	6,82	17.732,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



		350 a 400g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas, material estranho, umidade e bolor. Composto principalmente por farinha de trigo enriquecida, amido de milho, açúcar e leite em pó. O produto deve estar de acordo com as normas da Vigilância Sanitária quanto à produção, embalagem, rotulagem e informação nutricional. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.				
84.	020.001.250	MILHO PARA PIPOCA - grão de primeira qualidade, Tipo 1, duro, beneficiado, polido, limpo, isento de matérias terrosas.. Apresentar na embalagem datas de fabricação e validade conforme legislação. Pacote com 500g. Deverá ser entregue com no mínimo de 06 meses de validade a partir da data de entrega.	UNID	685	4,12	2.822,20
85.	020.001.251	NECTAR DE FRUTA - sabores (manga, uva, pêssego, abacaxi e goiaba) 1 litro: néctar de fruta; simples, composto líquido com vitaminas, açúcar, estabilizante, pela mistura no mínimo de 30% de suco de polpas integrais de frutas; processamento tecnológico adequado, submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo; frutas maduras, água potável, açúcar, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, conforme recomendação da embalagem. validade mínima: 5 meses a partir da data de entrega, acondicionada em caixa cartonada contendo 1 litro. suas condições deverão estar de acordo com a resolução rdc 272 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores. validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	UNID	200	16,99	3.398,00
86.	020.001.252	GOMA PRONTA PARA TAPIOCA - 1Kg - Goma pronta para tapioca, embalagens plásticas resistentes de 1KG, sem adição de conservantes, sem adição de sal e sem adição de glúten. Contendo informação nutricional, data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes contendo somente fécula de mandioca e água. Validade mínima de 4 meses da data de entrega.	UNID	400	14,35	5.740,00
87.	020.001.253	SALSICHA TIPO HOT DOG - Produto cárneo industrializado, cozido, embutido em tripa artificial adequada ao consumo humano, conforme regulamentos técnicos de identidade e qualidade vigentes para produtos cárneos embutidos. Matéria-prima principal: carne de aves, suína, bovina ou mista], podendo conter ingredientes complementares permitidos pela legislação sanitária e de inspeção de produtos de origem animal, vedado o uso de ingredientes proibidos pela legislação vigente	KG	700	13,25	9.275,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



88.	020.001.255	LEITE DO TIPO INTEGRAL, ZERO LACTOSE. UHT, embalagem cartonada com 1 litro, sem danos fisiológicos ou microbiológicos, registro e composição nutricional. validade no ato da entrega de no minimo 3 meses.	UNID	650	8,66	5.629,00
					VLR TOTAL R\$ 1.817.547,50	



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Departamento de Compras, Licitações e
Contratos"



ANEXO II PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0xx/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2026

MODELO
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UNID	QUANT	TOTAL

Os valores unitários e total da proposta deverão ser preenchidos preferencialmente em algarismo e por extenso, para cada item cotado.

Valor Total da proposta por extenso: _____

Prazo de validade da proposta: _____

DECLARO que nos preços ora propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais objeto desta proposta.

- **INCLUIR DEMAIS DECLARAÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA**

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Telefones: _____
E-mail: _____
E-mail (para recebimento de empenho e pedidos): _____
Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____
Nome do representante legal para assinatura do contrato: _____
CPF: _____
RG. _____
Domicílio e cargo na empresa _____
Profissão: _____
Local/Data: _____

Assinatura do Representante



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



ANEXO III PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0xx/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2026

Modelo de declaração UNIFICADA:

ME ou EPP; Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (conforme Lei nº. 14.133/21); não emprega menor e Inexistência do Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo). Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

- Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06.
- Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação exigidos pelo Edital, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- Declaramos para os fins do disposto no para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaração de que os proprietários, sócios e gerentes das empresas participantes não são servidores públicos.

A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21

(Local e Data)

(Responsável legal e assinatura)



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Departamento de Compras, Licitações e
Contratos"



ANEXO IV PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0xx/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2026

DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE

A Prefeitura Municipal De _____ /____, com sede na _____.

Assunto: Declaração de Exequibilidade de Licitação - Serviço

Prezados Senhores,

Eu, _____, pessoa jurídica inscrita no CNPJ _____, neste ato representada por _____, inscrita no CPF nº _____, declaro, para os devidos fins, a minha exequibilidade em relação à participação na licitação para o serviço _____, conforme previsto no Edital de Licitação nº _____/2024.

Após análise detalhada dos requisitos técnicos e das competências exigidas, confirmamos a exequibilidade da proposta de desconto no percentual de ____%() para o fornecimento de mão de obra atinente ao serviço de _____.

Declaro, ainda, que não existem quaisquer impedimentos legais, técnicos ou financeiros que possam comprometer minha capacidade de realizar o serviço _____ objeto desta licitação, estando a minha empresa totalmente apta a fornecer o serviço.

Além disso, estamos cientes das normas editalícias e das exigências legais relacionadas à execução do serviço de _____. Comprometemo-nos a cumprir rigorosamente todas as normas e regulamentos pertinentes.

Estamos cientes das responsabilidades e obrigações relacionadas ao serviço em questão, e temos plena ciência das consequências de não cumprir com nossas obrigações contratuais.

Certos de nossa aptidão para atender às demandas estabelecidas no edital, agradecemos a oportunidade de participar desta licitação e manifestamos nosso interesse em fornecer mão de obra para o serviço de torno à Prefeitura Municipal de _____.

Sendo assim, solicito que esta declaração seja considerada como parte integrante da minha proposta para a licitação em questão.

Atenciosamente,



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



ANEXO V PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2026

Minuta da Ata de Registro de Preços nº ____/2026

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxxxx/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026

Aos xxx dias do mês de xxxx do ano de 2026, o **MUNICÍPIO DE RIO CRESPO/RO**, por intermédio da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 63.761.977/0001-41, com sede na Av. Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Setor 01, Centro, Rio Crespo/RO, neste ato representado por sua autoridade competente, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – ELEMENTOS IDENTIFICADORES

1.1. Número da Ata e do Processo Licitatório

A presente Ata de Registro de Preços decorre do Pregão Eletrônico nº XX/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 111/2026.

1.2. Identificação das Partes

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO - CNPJ: 63.761.977/0001-41
Endereço: Av. Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040, Setor 01, Centro, Rio Crespo/RO.

Órgãos Participantes:

SEMAS; SEMED; SEMO; SENFIM; SEMSUR; SEMGEPLAM; SEMUSA; GABINETE.

Fornecedor Registrado:



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Representante Legal:

CPF:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Rio Crespo/RO, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados, exigências de qualidade, condições sanitárias, logística de entrega e demais condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e seus anexos. O TR qualifica o objeto como bem comum, com fornecimento parcelado, voltado a itens perecíveis e não perecíveis, com exigências de embalagem íntegra, validade, rotulagem e transporte adequado.

Parágrafo único. A descrição detalhada dos itens, inclusive marca, unidade, quantitativo e preço, consta da cláusula Terceira e do Anexo I desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

3.1. Preços Registrados

Ficam registrados os seguintes preços:

item	Código	Descrição	Und	Qnt Estim	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Fornecedor

Parágrafo primeiro. Os quantitativos estimados do SRP possuem natureza meramente estimativa, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração. O TR registra expressamente essa característica, e o decreto municipal estabelece que a existência de



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



preços registrados não obriga a Administração a contratar.

Parágrafo segundo. A tabela acima deverá ser completada com os itens efetivamente adjudicados e homologados, de acordo com a planilha final do certame.

3.2. Atualização, Alteração e Reequilíbrio dos Preços

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados, mediante processo administrativo devidamente instruído, quando comprovada a necessidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das regras editalícias.

Parágrafo primeiro. O pedido do fornecedor deverá ser formal, fundamentado e acompanhado de documentação comprobatória.

Parágrafo segundo. Não haverá reajuste automático antes de decorrido o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado ou do marco definido no edital.

Parágrafo terceiro. Caso o pedido de reajuste, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro seja apresentado após o recebimento da nota de empenho, da ordem de fornecimento ou de instrumento equivalente, a empresa deverá efetuar a entrega dos bens pelo preço registrado vigente, não podendo suspender ou recusar o fornecimento, ainda que o pleito venha a ser posteriormente julgado procedente.

Parágrafo quarto. Na hipótese de deferimento posterior do pedido, os efeitos financeiros serão processados na forma da decisão administrativa, observada a legislação aplicável, sem prejuízo da obrigação de cumprimento da ordem de fornecimento já emitida.

3.3. Quantitativo Estimado

Os quantitativos registrados correspondem ao planejamento consolidado das Secretarias participantes e constam do Anexo I – Planilha de Itens, Especificações e Quantitativos do Termo de Referência. O TR informa que a estimativa foi construída com base no histórico de consumo, demandas das Secretarias, memória de cálculo e ETP.

3.4. Não Obrigatoriedade de Compra

A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar contratações decorrentes desta Ata, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada, em igualdade de condições, preferência ao fornecedor registrado. Essa cláusula esta observância com o decreto municipal e também está prevista no Termo de Referência.



3.5. Atualização, Alteração e Reequilíbrio dos Preços

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados, mediante processo administrativo devidamente instruído, quando comprovada a necessidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das regras editalícias.

Parágrafo primeiro. O pedido do fornecedor deverá ser formal, fundamentado e acompanhado de documentação comprobatória da ocorrência superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, ou de fato do príncipe, caso fortuito ou força maior.

Parágrafo segundo. Não haverá reajuste automático antes de decorrido o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado ou do marco definido no edital.

Parágrafo terceiro. Eventual atualização dos preços registrados dependerá de decisão motivada da Administração, sempre com preservação da vantajosidade. O decreto municipal exige que o edital disponha sobre as condições de alteração ou atualização dos preços registrados.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. Prazo de Vigência

A presente Ata de Registro de Preços terá **vigência de 1 (um) ano**, contado da forma prevista no instrumento convocatório, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada formalmente a vantajosidade dos preços registrados. Essa disciplina consta do Termo de Referência e do Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC.

4.2. Prorrogação

A prorrogação dependerá de processo administrativo próprio, instaurado e concluído antes do término da vigência, instruído com:

- I - manifestação técnica sobre conveniência e oportunidade;
- II - pesquisa de mercado atualizada que demonstre a manutenção da vantajosidade;
- III - justificativa da permanência da necessidade administrativa;
- IV - manifestação do fornecedor, quando necessária;
- V - minuta do termo aditivo;
- VI - autorização da autoridade competente.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



Esses requisitos decorrem diretamente do decreto municipal.

4.3. Da Renovação dos Quantitativos

A presente Ata de Registro de Preços **admite a renovação dos quantitativos inicialmente registrados por ocasião de sua prorrogação**, tendo em vista a existência de **previsão expressa na fase de planejamento da contratação**, conforme justificativa constante do Termo de Referência, bem como previsão no edital e neste instrumento, observados os requisitos do Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC.

Parágrafo primeiro. A admissão da renovação dos quantitativos fundamenta-se na natureza do objeto, consistente no fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados ao atendimento contínuo das Secretarias Municipais, caracterizando-se como demanda permanente, recorrente e sujeita a variações de consumo, o que torna juridicamente pertinente a previsão de sua renovação para o período de eventual prorrogação da Ata.

Parágrafo segundo. A renovação dos quantitativos constitui medida de planejamento voltada à garantia da continuidade do abastecimento, à prevenção de desabastecimento das unidades administrativas, à racionalização das contratações públicas e à mitigação de riscos decorrentes da interrupção do fornecimento de itens essenciais.

Parágrafo terceiro. A efetivação da renovação não será automática, ficando condicionada, no momento da prorrogação da Ata, à instauração de processo administrativo específico que comprove, de forma contemporânea:

- I - a permanência da necessidade administrativa;
- II - a vantajosidade da medida, mediante pesquisa de preços atualizada;
- III - a compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado;
- IV - a conveniência da prorrogação em relação à realização de novo certame;
- V - a manutenção das condições de execução pelo fornecedor registrado.

Parágrafo quarto. A renovação deverá observar os limites e procedimentos previstos no regulamento municipal, no edital e nesta Ata, bem como ser formalizada por termo aditivo celebrado dentro da vigência, com controle administrativo que impeça a soma indevida entre saldo remanescente e quantitativo renovado.

Parágrafo quinto. Em nenhuma hipótese o quantitativo renovado poderá superar, por item, o quantitativo inicialmente registrado.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



5.1. Solicitação do Objeto

As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante:

- I - emissão de nota de empenho;
- II - ordem de fornecimento;
- III - contrato administrativo, quando cabível; ou
- IV - outro instrumento equivalente admitido em lei.

5.2. O pagamento será efetuado após a liberação pelo Fiscal indicado, conforme Termo de Referência, em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados após recebimento das notas fiscais, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal eletrônica encaminhada via e-mail: almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br em formato normal discriminativa (PDF), devidamente atestada pelo fiscal contratual;
- b) Certidão Negativa de Débito/CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/ Receita Federal;
- c) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas, emitido pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho; e
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede dalegitimante.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

5.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE ao qual o serviço foi prestado, conforme Autorização de Fornecimento.

5.5. O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente ao seguinte e-mail: almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br para seu devido pagamento.

5.6. CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2072 DE 18 DE JANEIRO DE 2024 - “Dispõe sobre a titularidade do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte pelo município de Rio Crespo - Rondônia.”:

Art. 1º. - O Município de Rio Crespo-RO., é titular do produto



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre todos os pagamentos feitos pelos órgãos de sua Administração Pública, direta e indireta, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.

§ 1º A retenção do Imposto sobre a Renda referido no caput, bem como o recolhimento dos valores ao Tesouro Municipal, aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Direta do município de Rio Crespo-RO.

Art. 2º- A forma de retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda será determinada por Instrução Normativa a ser emitido pela Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Controladoria Municipal.

§ 2º A instrução normativa será disponibilizada a todas as Secretarias Municipais e encaminhada aos demais órgãos e entidades aos quais se aplica este Decreto, devendo também permanecer disponível para consulta pública no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO.

5.7. Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.

5.8. A apresentação de nota fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no item 5.2, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela.

Parágrafo único. As contratações dependerão da existência de saldo do item, compatibilidade da demanda com o objeto registrado, manutenção das condições do fornecedor, disponibilidade orçamentária e observância do edital, da ata e do decreto municipal. Isso consta expressamente no TR e decreto.

5.9. Prazos de Entrega

O fornecimento será parcelado, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

I - Itens não perecíveis: entrega em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Fornecimento;

II - itens perecíveis: entrega em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Fornecimento;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



III - em situações justificadas, a Ordem de Fornecimento poderá estabelecer cronograma específico.

Esses prazos constam do Termo de Referência.

5.10. Locais de Entrega

As entregas serão realizadas nos locais definidos na Ordem de Fornecimento, observando-se os endereços constantes do TR, dentre eles:

- Secretaria Municipal de Saúde – Rua Ermelindo Milane, nº 1293, Centro;
- Secretaria de Obras – Av. Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1453;
- Secretaria de Assistência Social – CRAS – Rua Governador Jorge Texeira, nº 1340, setor Ediane Maria Moreira;
- Prefeitura Municipal de Rio Crespo – Sede – Rua Joaquim Pedro Sobrinho, nº 1040.

5.11. Horários de Entrega

As entregas ocorrerão em dias úteis e no horário de expediente do órgão recebedor, conforme disciplinado no TR.

5.12 Condições de Transporte

A fornecedora deverá utilizar veículo adequado ao transporte de alimentos, com observância de higiene, proteção contra contaminação, acondicionamento compatível com a natureza do produto e refrigeração quando necessária para carnes, laticínios, congelados, resfriados e outros itens perecíveis. Conforme descritas no TR.

5.13. Condições de Recebimento

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência preliminar da quantidade, integridade das embalagens e correspondência com a Ordem de Fornecimento.

O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade qualitativa dos produtos, inclusive quanto a validade, rotulagem, características sensoriais, qualidade aparente, temperatura de conservação e conformidade sanitária. O TR também assegura à Administração o direito de recusa total ou parcial de produtos com mofo, sujeira, embalagem violada, temperatura inadequada, validade insuficiente ou desconformidade técnica.

5.14. Prazo de Validade dos Produtos

I - Os produtos não perecíveis deverão ser entregues com, no mínimo, 75% do prazo total de validade remanescente;

II - Os produtos perecíveis deverão apresentar prazo de validade e condição de conservação compatíveis com o consumo seguro e tempestivo;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



III - Não serão aceitos produtos com prazo exíguo de vencimento.
Essas regras constam do ETP e do TR.

5.15. Forma de Pagamento

O pagamento será efetuado após:

- I - entrega regular do objeto;
- II - recebimento definitivo;
- III - apresentação da nota fiscal;
- IV - verificação da regularidade necessária à liquidação da despesa.

Parágrafo primeiro. Não haverá pagamento por itens recusados ou não substituídos adequadamente.

Parágrafo segundo. O prazo específico para pagamento deverá observar o edital e a rotina administrativa do Município.

Conforme descritas no TR.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADESÃO À ATA

6.1. Da Possibilidade

A adesão à presente Ata por órgão ou entidade não participante fica admitida, conforme previsão expressa do edital.

6.2. Requisitos para Adesão

Se admitida, a adesão dependerá de:

- I - previsão no edital e na ata;
- II - demonstração da vantajosidade;
- III - anuência do órgão gerenciador;
- IV - anuência do fornecedor;
- V - observância dos limites e requisitos legais e regulamentares.

O decreto municipal estabelece expressamente esses requisitos.

6.3. Limites de Adesão

Se admitida a adesão, deverão ser observados os limites previstos no edital e no regramento aplicável, inclusive quanto ao limite individual por órgão aderente e ao limite global da ata.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



Parágrafo único. Cada adesão por órgão não participante ficará limitada a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados por item, e o conjunto das adesões não poderá exceder ao dobro dos quantitativos registrados para cada item, observada a disciplina expressa do edital e da regulamentação municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES E CANCELAMENTO

7.1. Sanções Administrativas

O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata e nas contratações dela decorrentes sujeitará o fornecedor às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo primeiro. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade do caso:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo segundo. Constituem hipóteses mínimas para aplicação de sanções:

- I - atraso injustificado na entrega;
- II - entrega em desconformidade com as especificações;
- III - recusa injustificada de substituição;
- IV - descumprimento das condições sanitárias;
- V - inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

Essas hipóteses constam expressamente do Termo de Referência.

7.2. Multas

A minuta final poderá prever, conforme o edital:

- I - multa moratória por atraso injustificado;
- II - multa compensatória por inexecução total ou parcial;
- III - cumulação com outras sanções, quando cabível.

7.3. Hipóteses de Cancelamento do Registro

O registro do fornecedor poderá ser cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

- I - descumprir as condições da ata ou das contratações dela decorrentes;



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



- II - não retirar ou não aceitar, injustificadamente, instrumento de contratação no prazo estabelecido;
- III - não manter as condições de habilitação e contratação;
- IV - recusar-se injustificadamente a reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;
- V - sofrer sanção que impeça licitar e contratar com a Administração;
- VI - houver razões de interesse público devidamente motivadas.

Parágrafo único. A ata também poderá ser cancelada, total ou parcialmente, por interesse público superveniente, perda da vantajosidade ou alteração relevante das condições de mercado. O decreto municipal exige que o edital disponha sobre as hipóteses de cancelamento do registro do fornecedor e da ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DA ATA

8.1. Órgão Gerenciador

Compete ao órgão gerenciador:

- I - conduzir os atos de planejamento e de licitação;
- II - formalizar, gerenciar, acompanhar e controlar a execução da ata;
- III - manter registro atualizado dos quantitativos contratados e dos saldos disponíveis por item;
- IV - instruir pedidos de prorrogação;
- V - avaliar pedidos de renovação de quantitativos;
- VI - controlar adesões, remanejamentos e cancelamentos;
- VII - adotar medidas para assegurar transparência e regularidade.

Essas competências decorrem do decreto municipal.

Parágrafo primeiro. Quando o descumprimento ocorrer no âmbito de contratação específica de órgão participante, a apuração poderá ser instruída em articulação com o órgão gerenciador, sem prejuízo da competência central de gestão da ata.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução das contratações decorrentes da Ata será acompanhada por servidor formalmente designado, competindo-lhe verificar quantidades, qualidade, validade, conservação, conformidade sanitária e registrar ocorrências.



CLÁUSULA DÉCIMA – DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Integram o cadastro de reserva os licitantes remanescentes que aceitarem cotar os itens pelo preço do primeiro colocado, observada a ordem de classificação e as condições previstas no edital.

Parágrafo único. O cadastro de reserva poderá ser convocado nas hipóteses de cancelamento do registro, recusa do fornecedor principal em firmar a contratação ou impossibilidade de continuidade da execução, na forma do edital e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INTEGRAÇÃO GERAL

11.1. Vínculo ao Edital

Esta Ata subordina-se integralmente:

- I - ao Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026;
- II - ao Termo de Referência e seus anexos;
- III - à proposta do fornecedor registrado;
- IV - à Lei nº 14.133/2021;
- V - ao Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

12.1. A Ata, seus aditivos e atos correlatos deverão ser divulgados no PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONTRATAÇÕES DECORRENTES

13.1. A vigência dos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes desta Ata não se confunde com a vigência da própria ARP, observando-se o instrumento contratual específico e a legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

14.1. As partes comprometem-se a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), tratando os dados pessoais exclusivamente para a execução desta Ata e das contratações dela decorrentes.

14.2. O fornecedor atuará como operador, devendo utilizar os dados apenas conforme as



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



orientações do Município, adotando medidas de segurança aptas a protegê-los contra acessos não autorizados, vazamentos ou uso indevido, bem como manter sigilo sobre as informações, inclusive após o término da vigência.

14.3. Eventual incidente de segurança deverá ser comunicado imediatamente ao Município.

14.4. O descumprimento desta cláusula sujeitará o fornecedor às sanções previstas na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 A contratação decorrente da ata observará a disponibilidade orçamentária no momento da formalização do ajuste, conforme regra do regulamento municipal e da legislação de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas desta Ata, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DISPOSIÇÃO FINAL

17.1. A presente minuta deverá ser submetida à Assessoria Jurídica do Município para validação final, especialmente quanto à conformidade com o edital definitivo, com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Municipal nº 2588/2026-GAB/PMRC e com as regras locais de competência e assinatura.

E, por estarem de acordo, as partes assinam a presente Ata.

Rio Crespo/RO, 15 de abril de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

CNPJ: 63.761.977/0001-41

REPRESENTANTE: EDER DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Órgão Gerenciador



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



[REPRESENTANTE DA EMPRESA]
Fornecedor Registrado

[TESTEMUNHA 1]

[TESTEMUNHA 2]